

Prefeitura de São Luís
Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento
Ata da 15ª Reunião Extraordinária do Conselho da Cidade de São Luís
Mandato 2017/2020 - ANO 2018

Local: São Luís, MA, Auditório da Escola de Governo - EGEM
Data: 02/05/2018 Horário: 14:50 h Quórum: qualificado

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA CONCID

Pauta: 15ª Reunião Técnica para discutir o Título sobre Mobilidade e Leitura.

No dia dois de Maio de dois mil e dezoito, às quatorze horas e cinquenta minutos, no auditório da Escola de Governo – **EGEM**, realizou-se a décima quinta reunião técnica do Conselho da Cidade de São Luís – **CONCID**, em obediência ao Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre a Prefeitura de São Luís e o Ministério Público Estadual. Compareceram à reunião os conselheiros apresentados na lista em anexo. A reunião começou com a presença de 20 conselheiros e o Presidente Gustavo Marques (SEMPE) deu prosseguimento a mesma relembrando o combinado na reunião do dia 25.04.18 que seria trazer propostas e realizar a votação dos artigos de 56 a 59. O Presidente Gustavo Marques passou a palavra a SMTT- Secretaria Municipal de Transito e Transporte para que os seus representantes explanassem suas propostas. Com a palavra cedida ao conselheiro Paulo Henrique (SMTT) o mesmo explicou rapidamente, antes da leitura dos artigos, que as modificações feitas atendiam os pedidos e questionamentos dos conselheiros. Seguidamente o conselheiro Rodrigo Fonseca (SMTT) falou a respeito do agendamento de uma reunião dos conselheiros deste Conselho com o Secretário de Transito e Transporte, e que esta deveria ocorrer entre os dias 20 a 26 deste mês. Após isto, a conselheira do INCID - Instituto da Cidade, Pesquisa e Planejamento Urbano e Rural, Érica Garreto, fez a leitura do artigo 55 e o conselheiro Paulo Henrique (SMTT) o explicou e falou que, em relação a Política Municipal de Trânsito e Transporte, houve a permanência da palavra sistema. A conselheira Érica Garreto (INCID), após as considerações do Paulo, leu os artigos 56, 57 e 58. Posterior a leitura de tais artigos, o conselheiro Paulo Henrique (SMTT) falou sobre os mesmos, começando pelo artigo 56 e que este faz referência aos objetivos do Plano de Circulação Viário, porém a proposta da SMTT foi que nesse artigo devesse ser abordado os objetivos do sistema de transporte. O conselheiro falou também que no 57, diferente do Plano original, que falava a respeito dos objetivos do Plano de Transportes e Terminais de Integração de Passageiros, a sugestão da SMTT seria abordar o sistema de viação e explicou as modificações. Seguidamente, o presidente Gustavo Marques franqueou a palavra a todos que desejassem. Sendo assim, o conselheiro José Diniz, em

referência ao artigo 58, falou que existem determinadas áreas que deveriam ter sinalização sonoras, deu como exemplo os deficientes visuais e fez observações no termo que se referia aos deficientes, retificando que o mais atual seria “pessoa com deficiência”. Finalizando sua fala, a observadora Marcela Medeiros fez proposições para o artigo 55, onde uma delas foi a substituição no item 2 por: “a política municipal de mobilidade e em seguida, propôs para o mesmo artigo, sendo ela: ”a política de mobilidade tem por finalidade orientar a ação de circulação, serviços e infraestrutura viária e de transporte afim de garantir os deslocamentos de pessoas e cargas em sub territórios com vista a atender as necessidades atuais e futuras de mobilidade da população de São Luís”. A observadora Marcela Medeiros também fez propostas para o artigo 56, a de um novo artigo. Este artigo abordaria a ideia do artigo 55 que organizava a política de mobilidade em planos, sendo eles: Plano de Circulação Viário contemplando os aspectos ordinários, extraordinários e emergenciais, Plano de Transportes e Terminais de Integração de Passageiros, Plano de Ciclovias, Bicletários e vias de Pedestres, Plano de Transportes de Carga e de Terminais Multimodais. De forma similar, Marcela Medeiros fez a elaboração do novo artigo 56 proposto por ela, deixou claro que a criação de planos é de extrema importância e que, frisar esses planos no Plano Diretor é extremamente necessário. A observadora Marcela explicou a sua proposta, sendo ela composta por quatro incisos, cada um abordando um sistema. O primeiro inciso: sistema municipal de circulação e junto a ele os planos de caminhabilidade, muros e calçadas e cicloviário. O segundo inciso: sistema municipal de transporte padronizado e hierárquico e junto a ele os planos de transporte e terminais de integração de passageiros e plano de transporte de carga e terminais multimodais. O terceiro inciso: sistema municipal de trânsito padronizado e hierárquico e o quarto inciso abordando o sistema municipal de viação e mais dois itens que falavam sobre a política municipal de mobilidade. A conselheira Érica Garreto (INCID) obteve as propostas da observadora Marcela e as leu para, juntamente aos conselheiros da SMTT fazerem a análise das propostas. Foi sugerido pelo presidente a organização do texto, logo, vários conselheiros ajudaram a observadora Marcela Medeiros a organizar melhor o texto de sua proposta. A conselheira Lilian Porto (SEMFAZ) e a conselheira Donatilia de Fátima (ONG Moradia e Cidadania) foram umas das que participaram na organização. Após esta etapa, os representantes da SMTT Paulo Henrique e Rodrigo Fonseca analisaram novamente a proposta da observadora, agora organizada e, diante de uma discussão e entendimento entre os autores da contraproposta e os representantes da SMTT, mesclaram as propostas. Alguns itens propostos pela SMTT foram anexados a proposta da sociedade civil com a permissão de todos. Após todo esse exercício, o artigo 55 e 56 foram relidos e, às 16:44 horas, a

conselheira Érica Garreto fez a leitura de ambas as propostas, tanto da SMTT quanto da sociedade civil para que ficasse mais claro as proposições expostas naquela reunião. Às 16:50 horas, a proposta da conciliada foi votada e contemplada por unanimidade. Dando continuidade à reunião, o presidente Gustavo Marques solicitou a leitura do artigo 57 proposto pela sociedade civil, que se referia aos objetivos do sistema de circulação, onde a observadora Marcela Medeiros explicou que, além desse artigo obter propostas mais consolidadas e abrangentes, ele teve vários incisos tirados no Plano Diretor vigente que se encaixavam perfeitamente ao assunto de circulação, mesmo alguns sendo de artigos diferentes do que abordavam sobre circulação. Afirmou também que houve leitura e estudo para se fazer essas junções. A observadora Marcela Medeiros, ao defender a sua proposta, mostrou quais foram os artigos que haviam sido tirados do Plano Diretor vigente e as novas propostas. Os incisos aproveitados do artigo 56 do Plano vigente foram o inciso primeiro que, em resumo, falava em garantir e melhorar a circulação de pessoas e o transporte coletivo, e o segundo inciso que falava em priorizar a circulação do transporte coletivo em detrimento do transporte individual motorizado. Referente ao artigo 57 proposto pela sociedade civil ficou como quinto inciso e o sexto inciso do artigo 56 que falava, em resumo, sobre a avaliação permanentemente a malha viária, tornou-se o décimo inciso na proposta da sociedade civil para o artigo 57. O quinto inciso do artigo 56, que falava sobre a segurança e conforto no deslocamento das pessoas virou o oitavo inciso na proposta do artigo 57 da sociedade civil incrementado por outros conselheiros. O quarto inciso do artigo 56, que falava da acessibilidade e mobilidade da população de baixa renda, ficou como o sétimo inciso na proposta da sociedade civil, sem sofrer alterações. E por último, o oitavo inciso do artigo 56 do Plano Diretor vigente, que abordava sobre o mobiliário urbano relativos ao trânsito, foi também incrementado e tornou-se o décimo terceiro inciso na proposta da sociedade civil. Já os incisos do artigo 58 do Plano anterior foram aproveitados somente o terceiro, segundo e primeiro, sendo os incisos um e dois do artigo 58, unidos e aperfeiçoados para assim se tornar o terceiro inciso do novo artigo 57 sugerido pela sociedade civil. Este último que aborda sobre a implantação de ciclovias, ciclorotas e bicicletários. O mesmo aconteceu com o terceiro inciso do artigo 58, que se tornou o segundo inciso do artigo 57 sugerido pela sociedade civil, o mesmo que trata sobre estudos para área de pedestrianismo em São Luís. A conselheira Érica Garreto auxiliou a observadora Marcela na explicação desse novo artigo proposto. E encerrando a leitura e esclarecimentos, o artigo 57 proposto pela sociedade civil foi posto em votação e aceito por unanimidade. Às 17:10 horas deu-se por encerrada a sessão e eu, Ana Carolina Vale Porto Pereira, lavrei a presente ata que,

se aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais Conselheiros.

Lista de Presença

	Conselheiro Titular	Conselheiro Suplente	Part. Titular	Part. Suplente
01	Madson Leonardo Andrade Silva (SEMURH)	Jucicleide Silva Santos (SEMURH)	Ausente	Presente
02	Paulo Henrique Fernandes Rodrigues (SMTT)	Rodrigo Boncewicz da Fonseca (SMTT)	Presente	Ausente
03	José Marcelo do Espírito Santo (INCID)	Érica Garreto Ramos Barbosa (INCID)	Presente	Presente
04	Luiz Carlos B. Borralho Junior (IMPUR)	Luciana Arantes (IMPUR)	Presente	Presente
05	Lílian Porto (SEMFAZ)	Délcio Rodrigues (SEMFAZ)	Presente	Ausente
06	Maria de L. Maluda Cavalcante Fialho (SEMMAM)	Wellintania Freitas dos Anjos (SEMMAM)	Presente	Presente
07	Lourenço Conrado Costa (SEPLAN)	Octávio A. Gomes Figueiredo Soares (SEPLAN)	Ausente	Presente
08	Gustavo Martins Marques (SEMPE)	Eloína Maria Moura Reis (SEMPE)	Presente	Ausente
09	Flávia Alexandrina (SECID)	Yata Anderson Gonzaga Masullo (SECID)	Ausente	Ausente
	Janette Araújo Amorim (UEMP)	Benedito de Jesus Santos (Comitê em Defesa Rio das Bicas/Bacia Bacanga)	Presente	Presente
11	Elias Pereira dos Santos Filho (CMP)	Sem indicação	Ausente	
12	José Francisco Diniz (MNLN)	Hellyson Layo de Jesus Bulhão (Residência 05)	Presente	Ausente
13	Ângela Maria Ferreira de Medeiros (MDI)	Maria das Neves Pereira de Araújo (U. Moradores da Vila Sarney)	Presente	Ausente
14	Alberto Cantanhede Lopes (COFREM)		Presente	
15	Davi de Jesus Sá (U. Moradores de Proteção do Cajueiro)	Clóvis Amorim da Silva (Mov de Pescadores e Pescadoras)	Ausente	Presente
16	Josuel Silvestre (ACIB-MA)	FEZOR	Presente	s/indicação
17	Élio de Jesus Pantoja Alves (APRUMA)	Luiz Henrique Preira da Silva (FETHEMAPI)	Presente	Ausente

18	Josefa Celestina de Jesus (FECRUS)	Joberval Carvalho Bertoldo (IDHPA)	Ausente	Ausente
19	Suely Gonçalves da Conceição (STIU-MA)	Saulo Costa Arcangeli (CSP Conlutas)	Presente	Ausente
20	Cleuson Alves da Silva (STTR)	Iraelson Ferreira (SINDIMETAL)	Presente	Ausente
21	Horácio Antunes Júnior (UFMA)	Jussara Martins Nogueira (UEMA)	Presente	Ausente
22	Tito Carvalho Tsuji (IFMA)	Carla Azevedo Veras (IAB)	Presente	Ausente
23	Donatília de Fátima Guedes (ONG Moradia e Cidadania)	Maria Neuma Nascimento de Souza (C. Ação e Cidadania)	Presente	Ausente
24	Marcelo Machado Rodrigues (CAU-MA)	Lorena Saboya (OAB)	Presente	Ausente
25	Celso Gonçalo de Sousa (FIEMA)	Lucas Aragão (FIEMA)	Ausente	Presente
26	Alexander Carvalho (SINDUSCON)	Letícia Duarte Nunes (SINDUSCON)	Ausente	Presente
27	Militão Gomes (ADEMI)	Antônio Fernandes Calvacante	Ausente	Ausente
28	Arthur Baldez Silva (Assembleia Legislativa)	Tarcísio Almeida Araújo (Assembleia Legislativa)	Presente	Ausente
29	Itamilson Pereira C. Lima (Câmara Municipal)	Itamargarethe da Conceição Pereira Corrêa Lima (Câmara Municipal)	Ausente	Ausente
30	Paulo Helder Oliveira (Câmara Municipal)	Eliana Bezerra Rodrigues (Câmara Municipal)	Ausente	Ausente

	NOME/ENTIDADE	PARTICIPAÇÃO
01	José Aquiles Andrade (FUMPH)	Ausente
02	Maria da Conceição Lima de Azevedo (SEMOSP)	Presente
03	Dila Fonseca de Lima Campos (SEMAPA)	Ausente
04	Viviane Gomes de Brito (PGM)	Ausente
05	OAB	s/indicação
06	SEEAC	s/indicação